

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**MICHELLE ROCHA FIDELIS GUERRA**

**MEDIAÇÃO NO PODER PÚBLICO: A SUA EFETIVAÇÃO COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2018**

**MICHELLE ROCHA FIDELIS GUERRA**

**MEDIAÇÃO NO PODER PÚBLICO: A SUA EFETIVAÇÃO COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

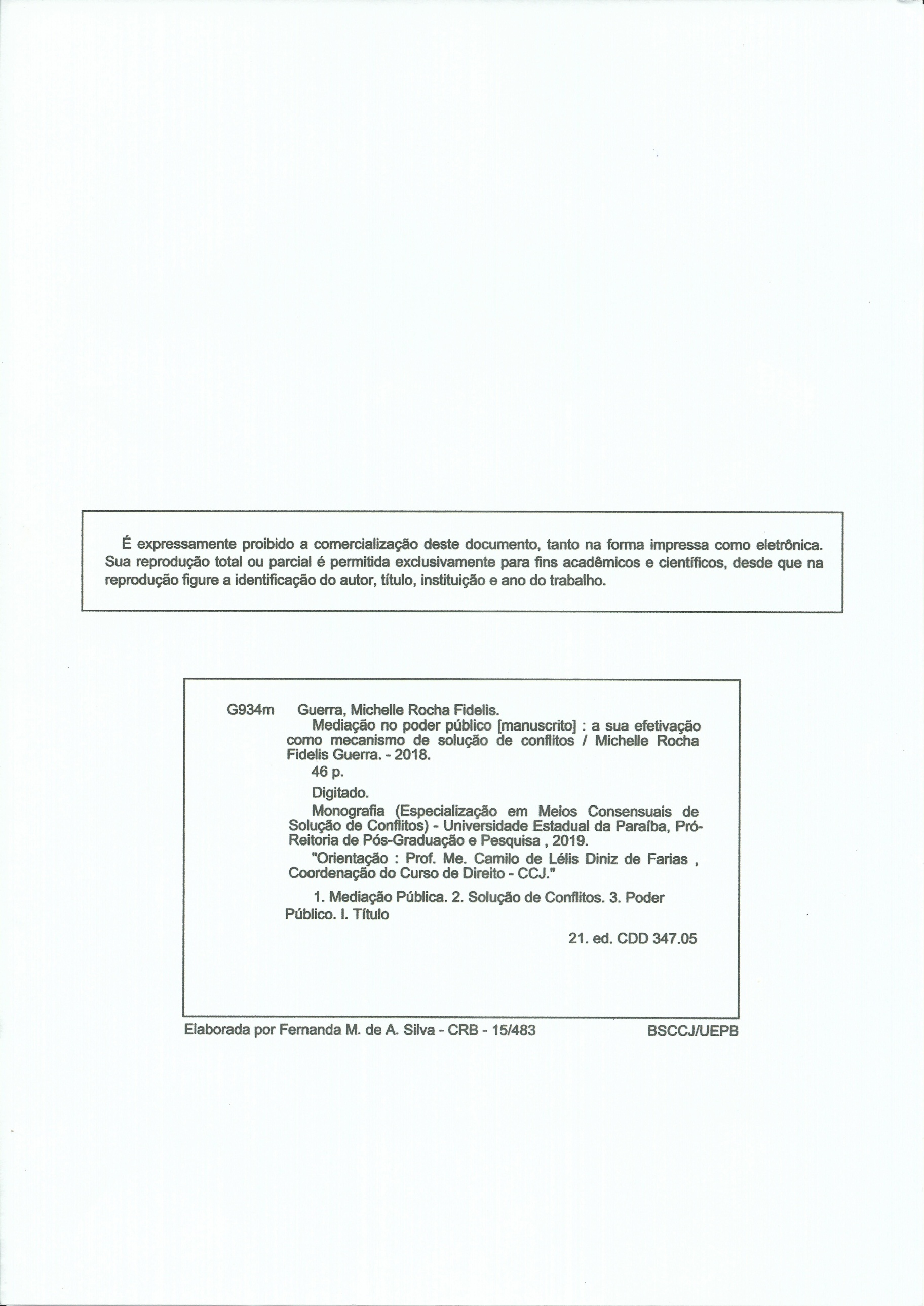
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meios Consensuais de Solução de Conflitos da Universidade Estadual da Paraíba através do convênio com Escola Superior da Magistratura da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Meios Consensuais de Solução de Conflitos.

**Área de concentração:** Mediação Pública.

**Orientador:** Prof.º Me. Camilo de Lélis Diniz de Farias.

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2018**

****



Aos meus filhos, pela paciência e compreensão, parceria e amizade, amor e respeito, DEDICO.

**AGRADECIMENTOS**

À Prof.ª Ms. Maria Cezilene Araújo de Morais, coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho em ajudar.

Ao professor Camilo de Lélis Diniz de Farias pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai Carlos Antônio Fidelis, que me inspirou a buscar sempre realizar os meus sonhos e nunca desistir, por mais difícil que seja sempre será possível. A minha avó Maria Nazaré Fidelis que é uma referência em minha vida, uma mulher de fibra, dedicada, forte e ao mesmo tempo temperamental, que me instigou a ser obstinada, a não me dobrar as adversidades da vida e acreditar que sempre conseguirei chegar ao objetivo desejado.

Aos meus filhos Julyana Renata Fidelis Guerra e Pedro Henrique Fidelis Guerra, que sempre foram minha principal inspiração, por eles tenho me dedicado, investido e me desdobro às muitas tarefas e são meu suporte para nunca desistir, são meu porto seguro, e neles busco encontrar águas tranqüilas e a serenidade a qual preciso para minhas produções, e por eles me mantenho no foco de cabeça erguida e determinada.

Aos demais familiares e amigos pela compreensão, por minha ausência nas reuniões e encontros, aniversários e outros eventos, que não foi possível estar presente, por estar dedicada a esta produção científica, na qual o tema tanto me inspirou.

Às pessoas especiais como Ana Carolina de Souza Aragão, Joel Oliveira Jacinto, Joana Borges de Medeiros Neta e muitos outros, que estiveram sempre ao meu lado, me incentivando, me ajudando e aconselhando sempre que necessário, nunca me deixando desistir ou desmotivar pelas dificuldades que a vida apresentava.

A minha mãe (*in memoriam)*, embora fisicamente ausente, sempre esteve em meus pensamentos e meu coração. As lembranças de seus conselhos e suas referências, fez com que sentisse sua presença ao meu lado, dando-me força e encorajando-me a prosseguir nessa caminhada e paixão pelo Direito, que tanto teve sua influência.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Prof.ª Nayara Queiroz, Prof.º Luciano Nascimento, Dr. Bruno César Azevedo Isidro, Prof.ª Karyne Soares, Prof.º Henrique Lenon, Prof.º Fábio Araújo, Prof.ª Fernanda Vasconcelos, Prof.ª Rosemeire Ventura, Prof.ª Ângela Ramalho, Prof.º Bruno Veloso, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Ana Maria Teberge e Vera Lúcia Pontes, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário, sempre mostrando solícitas em todas as nossas necessidades, com largo sorriso e de uma gentileza admirável.

Aos colegas de classe que tanto acrescentaram em meu conhecimento, pelas ricas discussões, pelo empenho e dedicação nos trabalhos e estudos em sala e fora dela, pelos momentos de amizade, apoio e incentivo durante todo o curso.

“Se, como cientista, aprecio o modo como conduzi minhas investigações, se me abri a todas as evidências, se selecionei e utilizei inteligentemente todas as precauções contra a auto-ilusão que fui capaz de assimilar dos outros ou inventar por mim próprio, nesse caso posso ter uma confiança provisória nos resultados obtidos. Passo a considerá-los como ponto de partida para investigações mais profundas. (ROGERS, 2009, p. 131)”

**RESUMO**

Este trabalho se propõe a dar uma contribuição ao estudo da Mediação, na sua efetiva aplicação no Poder Público, a partir das orientações implantadas no ordenamento jurídico brasileiro através da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, da Lei de Mediação nº 13.140/2015 e do Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015. Inicialmente procurou-se conhecer um pouco da contextualização histórica da Mediação no Brasil e fora dele, detectando os métodos e áreas de maior atuação e as modificações que ocorreram durante o século XX e sua configuração atual. Para isso, esse estudo privilegiou pesquisadores na área do Direito na resolução de conflitos através de meios consensuais, os fatores que influenciam na implantação efetiva na Administração Pública e os conflitos culturais em que a sociedade brasileira está inserida. A pesquisa é aplicada, tem abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, nos quais se utilizou de procedimentos bibliográficos. E assim, perceber quais as principais necessidades para a devida efetivação da Mediação, como o treinamento e capacitação de mediadores, conforme a legislação atual, mas considerando a necessidade de humanização das relações. Buscando-se, ainda, compreender sobre a resistência dos conflitos entre o ente público e o privado.

**Palavras-Chave**: Mediação, Poder Público, Conflitos.

**ABSTRACT**

This paper aims to make a contribution to the study of mediation in its effective implementation in the Government, from the guidelines implemented in the Brazilian legal system through Resolution No. 125/2010 of the National Council of Justice, Mediation Law No. 13.140/2015 and the Code of Civil Procedure - Law 13.105/2015. Initially we sought to know a little about the historical contextualization of Mediation in Brazil and abroad, detecting the methods and areas of greatest performance and the changes that occurred during the twentieth century and its current configuration. For this, this study focused researchers in the area of law in resolving conflicts through consensual means, the factors that influence the effective implementation in public administration and the cultural conflicts that Brazilian society operates.   
The research is applied, has a qualitative approach, with exploratory and descriptive objectives, in which bibliographic procedures were used. And thus, to understand the main needs for the effective implementation of the Mediation according to the current legislation. We are also trying to understand the resistance of conflicts between public and private entities.

Keywords: Mediation, Public Power, Conflicts.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|  |  |
| --- | --- |
| ACP  AGU  CEF  CEJUSC  CRFB  CNJ  CPC | Ação Civil Pública  Advocacia Geral da União  Caixa Econômica Federal  Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania  Constituição da República Federativa do Brasil  Conselho Nacional de Justiça  Código de Processo Civil |
| EBCT  INSS  LM  MASC  NUPEMEC  SFH  TCE | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  Instituto Nacional de Seguro Social  Lei de Mediação  Métodos Adequados para Solução de Conflitos  Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos  Sistema Financeiro de Habitação  Tribunal de Contas do Estado |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
|  |  |

**SUMÁRIO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **INTRODUÇÃO ..................................................................................** | 11 |
| **2** | **PARADIGMA DA PESQUISA E SUA COMPLEXIDADE CONTEXTUAL...................................................................................** | 16 |
| 2.1 | MOVIMENTO HISTÓRICO DA MEDIAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E NO MUNDO ............................................................ | 16 |
| 2.2 | ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO............................ | 19 |
| 2.3 | APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO............................. | 23 |
| 2.4 | MUDANÇAS E DESENVOVIMENTO DE UM NOVO MODELO JURÍDICO.......................................................................................... | 24 |
| **3** | **PODER PÚBLICO E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS....………………...………………………………………….** | 28 |
| 3.1 | O PODER PÚBLICO COMO LITIGANTE.......................................... | 28 |
| 3.2 | MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DO PODER PÚBLICO........................ | 32 |
| **4** | **CONCLUSÃO ..................................................................................** | 39 |
|  | **REFERÊNCIAS .................................................................................** | 43 |

1. **INTRODUÇÃO**

A sociedade vive um momento transformador. As conjunturas sociais vêm transformando o cenário jurídico, por estarem em constante processo de renovação e atualização, vem conseguindo feitos surpreendentes.

Os conflitos são mais comuns do que se imagina, até mesmo pelas diversidades de opiniões e das ideias, se deparando com um amontoado de possibilidades que podem divergir e configurar em outros resultados possíveis para a solução do problema a ser resolvido. Em razão dessa realidade, muitos procuram judicializar os conflitos, levando a um litígio que muitas vezes se prolonga por meses e até anos, desgastando ainda mais a relação entre as partes.

No cenário da Administração Pública não seria diferente, buscar a solução de conflitos na judicialização na lide, ainda acompanha o maior número de iniciativas, principalmente nos contratos em que de um lado está o público e no outro o privado. Encontrar o melhor resultado nem sempre se faz necessária a intervenção do Estado. Principalmente pela sobrecarga que se encontra o Poder Judiciário, os processos administrativos, no setor Público; tem mudado algumas de suas ideias e direcionamentos, buscando o resultado no menor tempo possível.

A busca pela economia assim como no tempo gasto nas demandas judiciais, têm transformado um pouco o entendimento da Administração Pública, principalmente após a atualização jurídica que adveio com a Lei de Mediação e no novo Código de Processo Civil, ambos publicados em 2015, entretanto este último apenas entrou em vigor em 2016. Fato que demonstra o quão recente é esse novo modelo de utilizar os meios consensuais de resolução de conflitos na Administração Pública.

Muito ainda vem se discutindo sobre a temática, e as demandas extrajudiciais ainda sobre um pouco de resistência pela sociedade. Não compreendendo que o tempo seria bastante reduzido para resolução do conflito, objeto da lide, e que de uma forma geral, ambos ganham com isso, pois o que levaria anos para ser julgado é em sua grande maioria resolvido em apenas algumas sessões de mediação.

Na esfera administrativa não poderia ser diferente. Encontrar uma maneira de solucionar os conflitos existentes, no menor tempo e custo possível pode parecer um pouco dúbio a princípio. Entretanto, só vantagem tem encontrado a Administração Pública para gerir esse novo modelo de solucionar as controvérsias no âmbito jurídico.

A Administração Pública possui um grande número de processos judiciais (ASENSI; PINHEIRO, 2013, p. 10) na qual é uma das partes. Conforme dados no CNJ, isso indica a grande necessidade de transformação nos moldes das soluções de conflitos, pois se já existe um setor especializado, grande parte dos conflitos poderiam ser solucionada antes mesmo da demanda judicial.

É difícil entender como isso de fato funcionaria, pois existe a burocracia com as autorizações e aprovações que a Administração Pública tem em seu arcabouço jurídico e que não facilitaria a real comprovação da solução em meios consensuais de conflitos, uma vez que essa demanda busca não apenas a aceitação de ganho ou perda e sim um acordo em que ambas as partes se mostram mais complexas, como diz Vasconcelos (2008, p. 40),

A prática da mediação de conflitos pressupõe capacitação para lidar com as dinâmicas de conflitos e da comunicação. A capacitação em mediação de conflitos inclui, necessariamente, conhecimentos metodológicos de caráter interdisciplinar.

Entender e capacitar o mediador não é uma das tarefas mais fáceis, tanto que em comparação a outros países o Brasil ainda engatinha nessa nova metodologia em solucionar os conflitos da sociedade. Demanda tempo, conhecimento e especificamente a interdisciplinaridade para entender e compreender as partes, sendo imparcial e de certa forma, reconhecer que o seu papel de apenas ser um facilitador para solução da demanda e não estará ali ocupando um papel de julgador como acontece no meio judicial onde o Estado, no papel do juiz, determina com quem está o direito ou não, quem deve ganhar ou perder.

O crescente número de cursos e capacitação para mediadores vem demonstrando a importância para formação desses profissionais, entender como o seu papel é fundamental para todo o processo transforma o direcionamento tomado e os resultados são surpreendentes para as partes envolvidas e até mesmo para o profissional que irá conduzir as demandas.

Segundo Asensi e Pinheiro (2013, p. 52), a judicialização de processos onde o Poder Público está envolvido ocorre em sua maioria, nas causas ligadas a assistência a saúde. Quando não se encontra a solução nas vias administrativas, se tem a ordem natural para recorrer o Poder Judiciário para resolver a demanda que às vezes requer urgência e não pode aguardar o tempo necessário para que a Administração Pública se programe para determinado gasto.

Isso tem gerado grande conflito entre os Poderes Executivo e Judiciário, pois está previsto no art. 5º da Constituição Brasileira, os direitos e deveres individuais e coletivos. Entretanto com a judicialização há claramente um conflito no entendimento jurídico desse artigo, considerando que um orçamento que é limitado da Administração Pública é liminarmente prejudicado, quando o direito individual se sobrepõe ao coletivo, causando assim um dúbio entendimento dentre os juristas e ademais os pesquisadores da área.

Observando toda essa dificuldade encontrada nos problemas entre a Administração Pública e o ente privado, na necessidade de se encontrar caminhos que facilitem a resolução de conflitos sem que haja o desgaste financeiro, de tempo, emocional, e sem contar que em muitos casos perduram por anos sem se conseguir uma solução concreta, se buscou a realização do presente estudo com objetivo principal apresentar a Mediação como ferramenta fundamental para solucionar as controvérsias que permeiam os conflitos entre o público e o privado.

Além desse importante levantamento, a abordagem consignada a partir de ferramentas fundamentais que foram elaboradas por uma necessidade coletiva e não apenas individual, que adentrou em nosso ordenamento jurídico através da Lei de Mediação e do novo Código de Processo Civil e está sendo muito apoiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que apesar de não compor diretamente o Poder Judiciário, desempenha um importante papel na fiscalização e na aplicação do direito e da justiça para todos que deles precisam.

O problema da pesquisa está diretamente ligado a como efetivar a mediação como mecanismo de solução de conflitos envolvendo o poder público? Sabido que as dificuldades e como diz (CABRAL, 2017, p. 365)

Além da estrutura física, os Tribunais precisam capacitar os conciliadores e mediadores, criando o cadastro. Com efeito, se as audiências forem feitas por servidores, estagiários ou voluntários, indicados pelo juiz ou pelo Tribunal sem a prévia e devida capacitação, certamente poderá comprometer qualitativamente a função da norma.

Utilizando de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde buscaremos apresentar todo o processo histórico da Mediação no Brasil e as mais diversas formas que pode ser implantada na sociedade, e como vem ocorrendo a aceitação da população de forma geral nesse novo modelo de realizar as demandas conflituosas sem que ocorra a judicialização da lide (GIL, 2009, p. 44-45).

Esse novo modelo, através dos meios consensuais de solução de conflitos, modelo este, transformador, trará ao país em longa escala um excelente resultado, com benefícios financeiros, além da redução do tempo das demandas hoje em sua maioria judicializadas. E apesar de existirem ainda limites para sua realização, pois não pode tratar de direitos indisponíveis, lida ainda com a resistência privada e a imposição pública, que merece uma atenção especial, por se tratar de um modelo que é abrangente e inovador e transformador para a sociedade como toda.

Os mais variados modelos internacionais podem ser tomados como referência, pois tem dado muito certo o uso da Mediação no meio empresarial, na Administração Pública, entre entes privados, assim como público e privado, numa demanda mista de conflitos de interesses, onde se busca a solução de forma mais justa no menor tempo e desgaste possível.

Buscar essa harmonia entre o necessário e o de fato aplicável, vem trilhando um caminho ainda bastante longo, na qual a legislação vigente no país ainda necessitará de muitos ajustes e os especialistas de muitos estudos e pesquisa, pois atender a sociedade em harmonia com a justiça e o cotidiano ainda tem sido uma tarefa um pouco delicada e por isso surgem muitas jurisprudências quando o entendimento não pode ser apenas jurídico e este deve ir mais além, buscando nos princípios os respaldos necessários para o cumprimento de obrigações e deveres do Estado para com a outra parte, assim como entes privados.

Ser flexível, sem ser intolerante, ser discreto, sendo justo, ser fidedigno com os princípios básicos e morais sem sair do ordenamento jurídico, essa assim que se configura o nosso Poder Judiciário. Mas, este, anda sobrecarregado, lento e sem muitas perspectivas de atender no tempo necessário todos os que precisam. Daí surge a importância da solução de controvérsias em meios consensuais de solução de conflitos, como uma ferramenta que associada ao ordenamento jurídico não deixará as partes sem o resultado do qual estão em busca.

Creio que não propositadamente, mas a cultura judicial no Brasil sempre trás à tona a verticalização com que as decisões são tomadas. É possivelmente notório como acontece o lançamentos nas normativas no ordenamento jurídico brasileiro, sempre vem de cima para baixo, sempre como imposição, mesmo que necessária, como a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que paralelamente com a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação) e a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), que instaurou os métodos consensuais para soluções de conflitos sem que o Poder Público e o Poder Judiciário estivesse preparado para recepcionar tais resoluções.

Claro que não apenas as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de implantação destas leis foram suficientes para sanar todos os problemas e resistência encontrados para resolver a questão, e é justamente um dos focos principais deste estudo, é compreender, de acordo com a normatização atual e os modelos já implantados no Poder Judiciário, podem contribuir para efetivamente implantar a mediação como um mecanismo de solução de conflitos onde uma das partes é o Poder Público.

**2. PARADIGMA DA PESQUISA E SUA COMPLEXIDADE CONTEXTUAL**

2.1 MOVIMENTO HISTÓRICO DA MEDIAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E NO MUNDO

Nesta pesquisa, importante passo foi a revisão literária existente sobre a temática. Encontrar as principais discussões produzidas na comunidade científica, principalmente quando da análise dos materiais produzidos antes e depois da Lei da Mediação e do novo Código de Processo Civil. Entender como ocorreu a apropriação da mediação e como aconteceu o processo de transformação do Poder Público que apenas realizava composições heterocompositivas, através da judicialização das lides, e a mudança para inserção para a composição autocompositiva, ou seja, extrajudiciais, utilizando-se das mediações e conciliações.

    Para um melhor entendimento do que é uma mediação, temos que buscar seu conceito mais longe: o conteúdo vem desde a cultura oriental, em diferentes formas e modelos. Entretanto, observando como foi trilhado o caminho da mediação no Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e França que se pode compreender as fases de evolução que aconteceram no Brasil (LEITE, 2016, s.p.).

    É importante recordarmos que todo o processo histórico não está em seu estado final; portanto, os métodos extrajudiciais estão ganhando mais espaço, não apenas no cenário jurídico brasileiro, como no internacional, até por ser este último, onde a mediação está mais consolidada e reconhecida em vários países da Europa e América. Vários conceitos e a própria aplicação da mediação, como um dos meios consensuais de solução de controvérsias, está ganhando cada vez mais espaço e força no cenário jurídico internacional e consequentemente, sendo absorvido pelo direito brasileiro. (MICHELON, 2018, p.2)

Segundo Vasconcelos (2008, p. 226) a prática da mediação, como hoje conhecemos, começou a ser desenvolvida baseando-se em princípios estudados na Escola de Harvard, onde foram elaborados conceitos e procedimentos sobre aspectos como: a posição e interesse de cada uma das partes, técnicas para satisfazer as necessidades e solucionar os interesses,observar os dados e os padrões técnicos, éticos, jurídicos e econômicos, a importância de separar os fatores objetivos e subjetivos que compõem o conflito entre as partes.

É importante a compreensão das motivações que levaram a litigância, reconhecer porque e onde surgiu o conflito, compreender o histórico das partes, suas versões e verdades, sejam elas ditas em seus argumentos ou apenas sentidas e apresentadas enquanto movimentos que repetidamente buscam encontrar o conforto da solução da controvérsia.

E dentre todos os métodos de resolução de conflitos em meios consensuais, podemos destacar a mediação como o procedimento de multi-portas para solucionar os litígios, utilizando o auxílio do mediador para melhor compreender e estabilizar o diálogo para conseguir alcançar a verdadeira realização das partes, onde não se exista uma parte que ganha e outra que perde e sim, uma solução em que ambas sejam ganhadores.

Compreender como ocorreu esse avanço das técnicas de mediação, tais como são conhecidas hoje, trás a tona diversas questões de como e porque elas começaram a ser investigadas, repetidas e reescritas no meio acadêmico e científico, e principalmente como começou a ser utilizada. Segundo Vasconcelos (2008, p.74) foi a partir dos anos 50 e 60 do século passado, com a necessidade de resolução dos impasses entre as negociações da Guerra Fria entre os Estados Unidos e União Soviética, utilizou-se outras ciências para ajudar a compor o modelo e construir um discurso para melhor compreensão para realização da mediação de acordos, tais quais, a lingüística e a psicanálise.

Dentre estes métodos, destacamos a mediação, procedimento no qual as próprias pessoas, em litígio, com o auxílio de um mediador, buscam compreender o confronto e estabilizá-lo por meio do diálogo.

Essa abordagem da mediação tem todo um contexto milenar, principalmente na cultura oriental, a exemplo da China e Japão, onde existe a figura de um mediador, não da forma em que conhecemos no ocidente. É uma pessoa constituída de um poder hierárquico diante de uma organização comunitária onde exerce um serviço social à toda comunidade, atuando nos  conflitos sociais, mais especificamente nos conflitos familiares. Essa pessoa, mediadora, geralmente alguém com mais idade e experiência, auxilia nos conflitos e nas causas auto-compositivas (LEITE, 2016, p. 2).

No Japão desde 1947 o instituto da mediação foi regulamentado legalmente, entretanto apenas veio a ser adotado nos moldes ocidentais em meados dos anos 80/90, com algumas adaptações do modelo inicialmente adotado por eles até então e a partir daí vem sofrendo inúmeras modificações no sentido de viabilizar o processo para um resultado mais positivo em que ambas as partes saiam satisfatoriamente do conflito.

Segundo Leite (2016, p. 3), no que concerne à recepção do instituto da mediação no sistema jurídico brasileiro, é que,

É relevante ressaltar que a mediação realmente é fenômeno universal e atua tanto no sistema *common la*w, onde se encontra muito desenvolvidos, sendo que a mediação prévia representa uma fase obrigatória em relação ao processo judicial. Bem como também se encontra a mediação no *civil law* que trouxe o caráter de meio alternativo de solução de conflitos.

É interessante observarmos que os primeiros institutos da mediação se deram a partir dos conflitos que aconteciam no seio familiar, melhor ressaltado que, nos conflitos de família, como uma forma de solucionar os problemas antes da necessidade de judicialização, principalmente quando se tratava de crianças. Essa abordagem serviu como uma proposta relevante para o modelo que atualmente conhecemos, onde um dos focos principais é o restabelecimento das relações e da convivência entre as partes envolvidas no conflito.

Compreender como houve a fusão das escolas de mediação, o processo histórico e as necessidades que foram apresentadas após cada desafio encontrado no longo caminho de um aprofundamento jurídico, social e filosófico não foi e continua sendo uma árdua tarefa, necessitando que pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento continuem aprofundando os estudos e dedicando-se às práticas de mediação para que encontre-se novos moldes e técnicas a serem aplicadas em casos práticos, principalmente porque a mediação apesar de antiga no mundo inteiro, no Brasil ainda se encontra num processo de adequação e ajustamento.

Grandes são os desafios encontrados no século XX, quando iniciou a globalização das atividades mediadoras como método autocompositivo na solução de conflitos, sendo na França, Canadá e com grande ênfase Estados Unidos com os estudos junto a Harvard, partindo do preceito de que o modelo apresentado em questão não tem como objetividade a prevenção e sim como uma forma rápida e econômica de solucionar as demandas que seriam provavelmente colocadas no Poder Judiciário para que este determinasse o ganhador e o perdedor, envolvido no conflito.

2.2 ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO

Foi baseado no modelo Europeu, que houve a disseminação e introdução legal da medição em diversos países do mundo, a partir do que aconteceu na Europa,

O Conselho da União Européia, inclusive, emitiu a Diretiva nº 52, de 21 de maio de 2008, em que define a mediação como um processo estruturado no qual duas ou mais partes em litígio tentam, voluntariamente, alcançar por si mesmas um acordo sobre a resolução de seu litígio, com a ajuda de um mediador. (CABRAL 2017, p. 357)

Percebemos que esse modelo, foi introduzido no ordenamento jurídico de vários países como na Itália, Espanha, Austrália, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Japão, dentre outros. O foco principal para essa tendência se espalhar de tal forma ocorre pela necessidade que vai além de uma solução jurídica, mas a aplicação de um conhecimento interdisciplinar para compreender as partes e os conflitos entre elas existentes.

Daí surge a importância de tratar e trabalhar com a ideia de futuro, pois com a crise de transição globalizada, o mundo está mudando e com essa mudança tudo que tem contextualização com a sociedade está em constante processo de mudança.

É importante interpretar aquilo que é tido como discurso no sentido do conceito de mediação, que vai muito de acordo com o público, com aquilo que almeja a sociedade e tende a direcionar para onde as pessoas se interessem ou se animem daquilo que estão vislumbrando por ser novas realidades e possibilidades.

Nem sempre o que pensamos ser definitivo, pode ser algo apenas transitório, no qual podemos alterar, quer sejam: os pensamentos, o ambiente, o contexto da convivência social, tudo isso poderá nos levar a novos caminhos, a novos paradigmas. Dentro dessa perspectivas começamos a compreender como ocorre essas modificações no sistema jurídico brasileiro e como as influências internacionais contribuem para estas alterações em nosso ordenamento.

Mudar os conceitos que estão impregnados na sociedade, em que está basicamente acostumado ao modelo da judicialização de toda e qualquer lide, no qual o sujeito conflitante torce para que o fato gerador aconteça, e com isso obtenha a brecha necessária para colocar nas mãos do Poder Público, a solução de conflito que muitas vezes poderia até ser evitado.

Esse modelo judicializado, do perde-ganha, tem se transformado, ou pelo menos é o que propõe atualmente o ordenamento jurídico brasileiro para o modelo ganha-ganha, como uma tentativa de mudar a cultura da litigância já arraigada na sociedade. A partir de então, segundo Leite (2018, p. 1) passa a se inserir um modelo em que a mediação brasileira seja a ser envolvida e alimentada pela interdisciplinaridade e pelas vias principiológicas do Direito.

Imaginar o que será possível acontecer, a partir dessas mudanças nem sempre foi pensado. A preocupação do futuro e das mudanças é algo extremamente novo, antes existia a preocupação com o presente, com aquilo que hoje está acontecendo e esquecia-se um pouco da ideia de futuro.

De fato a humanidade tem buscado uma realidade totalmente diferente das crises vivenciadas no passado, e mesmo apesar de tudo isso, hoje ainda estamos vivendo um momento de crise e a partir dessa crise existente, que nos faz refletir e trazer ideias para que aconteçam a superação desse momento no qual vivemos.

Podemos citar como exemplo o que houve nos Estados Unidos, no momento da Revolução Americana, final do século XVIII, quando da criação de um novo Estado, quando as treze colônias, insatisfeitas com o que estava acontecendo naquele momento, se organizaram e fizeram algo acontecer, assim surgiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 1776.

Redigido por Thomas Jefferson a Declaração da Independência dos Estados Unidos (2018, p. 1), que incluiu a seguinte declaração: “Todos os homens nascem iguais e são dotados pelo criador, e tem direito à vida, liberdade e busca da felicidade”. Essa teoria abordada se assemelha às teorias do jusnaturalismo que originou o Direito Natural, que define o bom destino humano para o convívio em sociedade, por ser para Aristóteles, o homem um ser político por natureza (ARISTÓTELES, 1991, p. 339).

Assim como Thomas Jefferson, Aristóteles também viveu no momento de crise na sociedade e no tempo ao qual pertencia. Era o momento de ser o preceptor de Alexandre Magno, quando este aspirava a democracia em Atenas, momentos quando viveu a guerra contra Esparta, e mesmo assim conseguiu manter o império consolidado.

Segundo Attié (2018) um outro grande filósofo que viveu momentos de crise foi Platão, professor de Aristóteles, que teve como plano de fundo a guerra entre Atenas e Esparta, na Grécia. Todas as obras escritas sobre Platão têm o pensando voltado para o futuro, devotando suas obras ao que seria uma sociedade melhor, inaugurando um estilo novo de escrever, o que apesar de grande parte de seus ensinamentos terem sido através da oralidade, quem os escreveu, relatou muito fielmente aos pensamentos e estudos sobre a sociedade e seu comportamento. Utilizando um estilo utópico, ou seja, o não lugar, Platão fazia referência aquilo que não estava presente, sendo seus pensamentos um produto do que não existia, mas daquilo que se deseja e que ainda não se tinha.

Hoje ainda circula muito do que se falavam alguns pensadores, sobre um futuro pessimista, e muito ainda se coloca essa mensagem nas discussões atuais, voltando a essa leitura, na qual se visa um futuro muito ruim ou algo que só tende a piorar. Mas é claro que é preciso entender a contextualização histórica no qual cada autor está inserido.

Respeitando os autores, grandes filósofos e pensadores, sem que incorra no erro da reprodução do que foi dito e sim utilizar como referência, para concordar ou se contrapor sobre o ensinamento da leitura realizada. Utilizando essas referências para fazer uma análise crítica, e não julgar como uma resposta para uma solução definitiva e sim sobre algo vivenciado e que propôs uma verdade a qual deve dialogar com o passado e não apenas ser reescrita e reproduzida como verdade absoluta.

Esse exercício de voltar ao passado para conversar com autores que vivenciaram crises como as que hoje podemos vivenciar, nos faz analisar como está se projetando o futuro e por uma análise crítica podemos nos envolver e perceber como as novas imagens do presente, traz à tona todos os pensamentos modernos que se influenciam pelo passado e tem extrema contribuição para o futuro.

Na Ásia, é cultural já se ter uma preocupação com o importante papel de contribuição para o futuro, a partir de experiências vivenciadas; é por isso que sempre os mais antigos, são considerados mais sábios, porque já passaram por muitas experiências que possivelmente já lhes trouxeram mais orientação quanto à necessidade de solucionar os conflitos sem que haja o sofrimento que normalmente envolve as partes, sentimentos e dores, que podem ser evitadas quando se decide agir pensando não apenas em si, nos próprios sentimentos, mas no do outro.

No pensamento de Thomas Hobbes, o homem viveria em seu estado de natureza, sem poder e sem organização. Para ele, o homem natural, não seria um homem selvagem e sim um homem razoável, e que através do medo ele poderia ser controlado. Como ele mesmo cita que “homem lobo do homem”, o que justamente traz à tona a ideia do medo.

Por essa razão, que Weffort (2002, p. 56) em sua análise sobre o pensamento de Hobbes, diz que, “de modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória”.

E nas relações de conflito, essas questões do pensamento hobbesiano ainda estão enraizadas na condição do homem em seu estado de natureza, que está a todo tempo buscando a superioridade, como o próprio Deus é reconhecido. Partindo desse pensamento que está diretamente ligado em muitos conflitos que encontramos em nossa sociedade que é preciso pensar com esperança, a esperança da qual podemos sim mudar, e apesar de ser um pouco contraditório é isso que o próprio pensamento hobbesiano nos traz em Weffort (2002),

Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temo de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, não, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. (Leviatã, 2003, p. 134)

Importante para reflexão, nos mostra que devemos olhar não apenas para o que estamos preparados para observar e sim olhar ultrapassar os limites e ir além daquilo que está previsto, ou condicionado a acontecer, e é daí que surge o poder da observação, da razão, quando se enxerga além dos sentimentos ali dispostos no conflito.

Observando o passado das partes envolvidas no conflito, como algo que aconteceu e entender que não pode mudar mais o fato, que o conflito de interesses é real e já aconteceu, não vai mudar e é normal as reações e sentimentos de revolta ou medo. Entretanto, ver o que pode ser feito do presente e projetar no futuro algo que possa amenizar e até mesmo solucionar o conflito existente é mais que uma inteligência artificial, é a inteligência humana colocada à prova.

Pensar que o método utilizado não é mais alternativo, não é só mais uma tentativa de resolução do conflito e sim um método utilizado, com técnicas, sensibilidade humana, olhar e escuta ativa, muda completamente o paradigma do sentido de mediação.

Entender como a mediação ocorre no seu sentido prático, é primordial para a sociedade, para que surja a vontade de empoderar o método e trazer para as práticas do dia a dia.

Quando não se busca a solução adequada, acontece como os problemas que existiu entre os limites dos soberanos, do poder do Estado, e da sociedade, que não aceitando os percursos engendrados para eles, passou a pensar e reivindicar por mudanças no poder, como estava ocorrendo na Europa no século XVIII. E por essas reivindicações, dentre outras, que as treze colônias inglesas, passaram pela transformação que temos conhecimento, e possamos entender como e porque nasceu no sistema de *commow low*.

2.3. – APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Para compreender o sentido *stricto* do mediador, é necessário fomentar o conceito de justiça, o que de fato é fazer a justiça acontecer e como as partes envolvidas em um conflito vão enfrentar a justiça propriamente dita como sendo ganho por ambas as partes.

Apesar de todos os investimentos e de toda postura adotada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiro, nem a sociedade e tão poucos os profissionais de Direito estão maduros suficientes para serem capazes de refletir sobre as emoções que estão sendo dispostas nos documentos de autor e réu num conflito, dos interesses e mágoas que ali ficam dispostos.

É por isso os MASC’s – Métodos Adequados de Soluções de Conflitos vem para motivar a pensar, refletir sobre como resolver as demandas, o que partindo destas, surge o papel do mediador, para fazer com que as partes reflitam sobre os conflitos existentes e mediem para que as decisões possam ser efetivadas com a satisfações das partes.

Em 2010, o CNJ surgiu com a Resolução nº 125, no sentido de auxiliar e desafogar o poder judiciário com demandas que poderiam ser resolvidas fora da judicialização, e mesmo com os avanços que acontecem em 2015, com a produção da Lei de Mediação e com o novo Código de Processo Civil, aperfeiçoou o sistema criado para resolução das controvérsias.

Mas apesar desse chamamento ser precisamente tomado para a responsabilidade do Poder Judiciário para colocar em prática as atividades que naquele ordenamento está disposto, como uma fonte de mecanismos tanto para soluções pré-processuais como para os pós-processuais, mas, a incompatibilidade de entendimentos entre o que seria ideal para o que realmente está sendo executado. Mostra que o Poder Judiciário ainda está trabalhando aquém do que é preciso e necessita de muitas reformulações e aplicabilidade dos procedimentos necessários para tornar efetivo e eficaz a resolução de conflitos através da autocomposição.

O judiciário é um sistema que possui muitas demandas, e mesmo àqueles possuidores do direito propriamente dito, ainda assim não possibilita a garantia de sua efetividade. Na maioria dos casos, ocorre é que o próprio jurisdicionado possui um conhecimento “jurídico” que acredita ser o suficiente e necessário, e cria expectativas no trabalho do advogado. Razão pela qual, é preciso tratar e ajustar a mudança de mentalidade na base, na sociedade, no indivíduo.

De acordo com a definição de Cabral (2018. p. 2), a mediação é,

[...] o método adequado de resolução de conflitos em que houver vinculo anterior entre as partes. O mediador, na qualidade de terceiro imparcial e devidamente capacitado, auxilia e estimula os interessados a identificarem ou a desenvolverem por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Partindo da análise do conceito de mediação, desencadeia uma série de mudanças ao qual se propõe esse método adequado para solução de conflito. Surge um novo modelo, que beneficiará o Poder Judiciário e a sociedade de forma geral. Além de possibilitar um novo paradigma na cultura popular brasileira, quando necessária a solução de controvérsias.

2.4 – MUDANÇAS E DESENVOVIMENTO DE UM NOVO MODELO JURÍDICO

O ordenamento jurídico brasileiro define como uso na mediação envolvendo controvérsias públicas ou privadas. Entretanto essa abrangência nem sempre é possível, porque exige também que o objeto da lide seja: um direito disponível ou direito indisponível que aceite transação. Fato que amplia as possibilidades que não objetiva quando uma das partes está envolvida o Poder Público, na figura da Administração Pública.

O Poder Público diante das possibilidades que são admitidas em lei pode e deve criar meios e parâmetros, com critérios objetivos que possa ser capaz de legitimar e dar aparato legal para que os acordos feitos através do método da mediação possam ser efetivados, dando segurança jurídica tanto ao gestor que representa a Administração Pública, como ao próprio Poder Público para que não seja incurso, a possibilidade de ficar este envolvido em um direito indisponível ou até mesmo por não haver uma previsão legal, fato que tem causado sérios problemas para o erário público, segundo Pierro (2017, p. 18):

O fenômeno conhecido como judicialização da saúde é multifacetada. Por um lado, as ações judiciais comprometem uma parcela significativa do orçamento para atender demandas específicas de alguns pacientes por outro, podem significar o único caminho para salvar ou prolongar a vida de pacientes, especialmente de pessoas com doenças raras ou crônicas, como diabetes e câncer, que dependem de medicamentos de alto custo.

Esse fenômeno da judicialização de conflitos tem afastado de certa forma alguns investidores e vem causando danos na economia. Grandes empresas deixam de negociar com Instâncias recursais. Por existirem quatro esferas recursais, o processo se torna lento e os custos são sempre elevados. Além do que, a maioria dos juízes não investe na interdisciplinaridade das demandas, fato que compromete os resultados dos processos demandados.

É certo que grande parte das demandas que envolvem o Poder Público e o particular, são de solicitações de medicamentos ou tratamentos da saúde pelos particulares, e se não bastasse atender toda essa demanda judicial, muitos dos medicamentos e tratamentos reivindicados, o que a princípio seriam específicos e por isso a razão efetuada a demanda, acontece do medicamento ou tratamento já está sendo disponibilizado pelo SUS, distribuído e realizado procedimento gratuitamente. Apenas o nome está alterado, ou a especificidade pelo tratamento é atribuída pelo médico por uma substância específica, fato que nem sempre terá qualquer alteração no tratamento. É por esse motivo que a pesquisa e o diálogo antes da judicialização, são importantes para as partes envolvidas, podendo encontrar melhor solução de forma rápida, mais eficiente e satisfatória.

Outra demanda de difícil solução é a familiar, principalmente partindo do princípio que quem paga a pensão alimentícia entende que paga muito, e quem recebe acha que está recebendo pouco, e não se preocupam com a criança e o adolescente, que não tem nada haver com a disputa entre o casal acaba sendo figura de moeda de troca, ou até mesmo, servindo de escudo para uma das partes que não consegue lhe dar com o conflito pessoal do casal.

Quando se trata da mediação é preciso colocar as pessoas para pensarem, para refletirem sobre as demandas que necessitam antes mesmo de judicializar uma determinada aquela lide. Por isso que ocorre a necessidade de capacitação dos profissionais que venham a trabalhar com a mediação, pois estes devem considerar os impactos futuros nos métodos mais adequados para assim construir um mundo melhor e mais justo para a sociedade e para as partes envolvidas em conflitos de qualquer tipo de demanda.

Antes dessa normatização atual, boa parte dos conflitos era resolvida por juízes leigos, que não eram propriamente magistrados e nem profissionais do Direito, e sim pessoas que detinham um conhecimento amplo e de idoneidade exemplar, dentre outras qualidades exigidas à época, diferentemente do Magistrado que hoje conhecemos, que é o Juiz de Direito, togado. Esse fato demonstra a importância da interdisciplinaridade dos conhecimentos envolvidos, nas pessoas que direcionam as soluções dos conflitos.

O incentivo para se buscar solucionar os conflitos antes da judicialização é encarada como de difícil aceitação pelas partes envolvidas, que tendem a optar pela judicialização do conflito. Entretanto, se percebe um crescimento, mesmo que em percentuais pequenos, mas de certa forma consubstanciais, de uma mudança cultural da sociedade, que vêm abordando de forma diferenciada o conflito, fazendo com isso, uma desmistificação da necessidade resolução judicializada.

E de acordo com a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, o Poder Judiciário que não cumpre com suas funções dentro de um prazo razoável, é uma justiça inacessível (CAPELLETTI; GARTH, 1988, p. 20).

Alguns dos direitos de fato são indisponíveis e dos quais o cidadão não poderá abrir mão, mas o que é preciso mudar é a cultura do judicialismo brasileiro, onde qualquer problema já é considerado motivação para se entrar com a demanda e reivindicar qualquer direito que acredita ter. Essa é uma cultura que tem que ser mudada.

No ensino jurídico, os profissionais eram preparados para serem gladiadores, enquanto hoje percebemos que os profissionais estão sendo preparados para serem pacificadores, sejam eles advogados, juízes, procuradores, promotores, desembargadores, ministros, ou qualquer um que componha o quadro do sistema judiciário, esta vem sendo uma mudança lenta, mas que é necessária.

**3. PODER PÚBLICO E RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS**

3.1 O PODER PÚBLICO COMO LITIGANTE

A partir de março de 2016, com a vigência do novo Código de Processo Civil, a Administração Pública passou a ter a possibilidade expressa no ordenamento jurídico para realizar as mediações judiciais (heterocompositivas) ou extrajudiciais (autocopositivas), utilizados nos meios alternativos, ou melhor dizendo, dos métodos consensuais para dirimir as controvérsias no âmbito da Administração Pública (QUEIROZ, 2015, p. 1).

Esses métodos têm como principal objetivo a criação de Câmaras para prevenção dos conflitos entre os particulares e o Poder Público, a qual deveria ser criada pela Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios onde houver, conforme o que preconiza o artigo 33, até a sua devida implantação prevista nos artigos 14 a 20 ambas da Lei de Mediação nº 13.140/2015.

Os métodos consensuais para resolução de conflitos vêm desmistificar e retirar as armaduras das partes, contribuindo socialmente para uma satisfação de maneira ampla e geral, onde há uma redução dos custos do erário público, assim como a satisfação do particular em ter sua demanda atendida.

É sabido que o tempo dentro do judiciário é muito limitado, e não há como fazer uma escuta ativa[[1]](#footnote-2), para se compreender melhor as necessidades da população, do particular em si, e isso dificulta solução que o Estado possa fazer a devida conciliação ou mediação nos interesses de ambas as partes.

Entretanto, há uma necessidade de implantação dessas Câmaras de Mediação dentro do Poder Judiciário, não apenas no sentido de desafogar as demandas que são atribuídas a estes, para agilizar o atendimento às necessidades das partes que nem sempre é literalmente legal, pois o direito material existe e está estabelecido no ordenamento jurídico, o que na verdade ocorre são entraves que podem ser resolvidos com algumas seções de mediação, onde todos possam encontrar através dos métodos utilizados, o melhor e mais satisfatório resultado para ambas as partes.

Esse fato é extremamente importante para um restabelecimento de sentimentos, pois hoje a Administração Pública é vista como insensível e incapaz de beneficiar ou atender às necessidades dos que procuram, ocorre que o particular ao judicializar uma determinada demanda já vem cheio de sentimentos de repulsa e resistência, fato que dificulta um pouco o diálogo a ser instaurado nas seções de mediação.

Daí a importância de ter profissionais que seja capaz de garantir uma escuta ativa, se manter imparcial no processo, e fazendo com que as partes possam admitir e compreender melhor a necessidade do outro. Dessa forma, os efeitos da mediação serão mais plenos e a eficácia obtida, mesmo que haja restrições no atendimento ao pedido. Entretanto haverá a consensualidade, que dará eficácia plena e um caráter absoluto. E se consideramos o entendimento do STF, veremos que a conduta da Mediação, trará benefícios absolutos à sociedade em geral, como visto na seguinte decisão:

Os princípios constitucionais que garantem o livre acesso ao Poder Judiciário, o contraditório e ampla defesa, não são absolutos e hão de ser exercidos pelos jurisdicionados, por meio de normas processuais que regem a matéria, não se constituindo negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa a inadmissão de recursos quando não observados os procedimentos estatuídos nas normas instrumentais (AI 152.676-AgR. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 15-9-1995, Primeira Turma, DJ de 3-11-1995.).

De acordo com Dias (2016, p. 1):

[...] o fato de a Administração Pública brasileira ser a parte que possui o maior número de processos judiciais em andamento, conforme dados divulgados pelo CNJ. Implantar sistema de soluções de controvérsias que seja de “multi portas” favorece o desenvolvimento das atividades administrativas e da govenança pública, o atendimento das demandas e anseios dos cidadãos, bem como do setor produtivo.

Diante dessa perspectiva e de entendimento, podemos entender o quanto é importante a participação do Poder Judiciário na implantação das Câmaras de Mediação e do quanto isso vai proporcionar a toda sociedade resultados positivos, assim como trará um retorno que não a curto, mas a longo prazo de um melhor resultado nas contas do erário público.

E apesar de todo esse investimento no sentido de implantar no ordenamento jurídico brasileiro os Métodos Adequados de Soluções de Conflitos – MASC, enquanto se tem o Poder Público como litigante não é uma tarefa muito fácil uma vez que esse tem um limite orçamentário, assim como toda uma legalidade administrativa e financeira a seguir, o que não lhes dá muita flexibilidade para dirimir os conflitos.

É importante ressaltar que mesmo com todo esse esforço em inserir na cultura social brasileira as práticas de meios consensuais para solução das controvérsias há ainda alguns entraves jurídicos que precisam ser esclarecidos:

Não ficou expressa na lei da mediação – assim como no CPC – uma característica que é importante para a eficiência do método, que é tratá-la como método extrajudicial. No novo CPC em vigor (Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015) foi prevista a figura da mediação judicial, a partir da previsão ao seu art. 3º, §3º, segundo o qual “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial” (DIAS, 2016, p. 3)

Essa proposta é apesar de confusa, o que muito tem se tentado é harmonizar as duas leis e tratá-las de forma a favorecer a solução de conflitos sem que haja o descumprimento de alguma delas, possibilitando a segurança jurídica necessária para as partes. O mediador que apesar de ser a figura de autoridade máxima no processo, tem que ser atento à legalidade de todos os resultados envolvidos no problema para que este seja rigorosamente solucionado sem qualquer infração a outra norma jurídica ou de caráter procedimental.

Percebemos que a Lei de Mediação nº 13.140/2015, não foi pensada com ênfase aos conflitos em que participa o Poder Público, até mesmo pelo que se entende da autoridade dessa esfera do sistema executivo brasileiro, segundo Ferreira (2018, p. 1):

A consensualidade, quando envolve um ente público, que por sua natureza, é desprovido de vontade autônoma, ela tem que ser relida e reestruturada. A Administração Pública sempre esteve muito mais do que autorizada a resolver seus próprios conflitos sem intervenção do Poder Judiciário. Ela sempre teve o dever de gerir suas crises, uma vez que isso faz parte de sua típica e ordinária atividade de gestão. Diante dessa constatação, qual a importância de uma norma que estabelece aquilo que sempre foi um dever da Administração?

A verdade é que o Poder Público ainda não está preparado para recepcionar os MASC, pois apesar de ser detentor de perrogativas da supremacia do interesse público, diante do privado, torna este último em nítida posição de inferioridade, o que de certa forma verticaliza a relação, o que vai totalmente de encontro a tudo aquilo que é defendido pelo método da mediação.

Logicamente, a mediação por ser um procedimento autocompositivo, tem que haver a voluntariedade das partes em participação do procedimento, mas ao tempo que abre essa possibilidade, também deixa a porta aberta para o abandono a qualquer tempo do curso da mediação por qualquer das partes. E quando ocorre o abandono, é praticamente inevitável a judicialização e o julgamento processual de acordo com os meios de prova do direito admitidos.

Perceber a necessidade que a mediação tem em aproximar as partes, empoderar para que estas sejam autores da solução ali dirimida, observando as possibilidades que existem, aproxima as partes e facilita o trabalho do mediador, que pode inclusive trabalhar a ACP - Abordagem Centrada na Pessoa, teoria defendida por Carl Rogers e que pode ajudar no ver o outro e entender as suas necessidade e seus conflitos internos além dos que ali estão reivindicando.

Entender de fato o funcionamento na esfera judicial e na extrajudicial não é uma tarefa muito fácil, pois envolve uma série de entendimentos que muitas vezes não são suficientes para que um profissional venha a desempenhar qualquer atividade de mediador nas duas esferas. Ante a necessidade da compreensão podemos estabelecer algumas diferenças que podem ajudar a melhor compreender como funciona a função do mediador em ambas as formas de trabalho.

Na mediação extrajudicial, o mediador é eleito pelas partes, e existe uma comunicação remanescente, empatia estabelecida, confiança reconhecida, ciência da capacitação do profissional que está mediando os conflitos, além da escolha do método da mediação pelas partes. Na mediação judicial ocorre que, o mediador é uma pessoa totalmente desconhecida das partes, a comunicação já foi rompida, e apesar do mediador procurar que a empatia se estabeleça e a confiança firmada, não se trata de tarefa fácil.

Além disso, o judiciário causa desconfiança e receio por ser autoridade, o que de certa forma intimida, tanto pela imposição da mediação, quanto dos procedimentos até então desconhecidos pelo particular.

A mediação em seu sentido mais amplo tem vários tipos, tais como a negocial[[2]](#footnote-3), a terapêutica[[3]](#footnote-4) e a transformativa[[4]](#footnote-5), e é justamente nesta última que o judiciário brasileiro se detém, qual seja, a cuidar do ser e do reconhecimento de sua importância, tratando a reconstrução das pessoas, tentando restabelecer o empoderamento das partes para conseguir a solução do conflito.

3.2 MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DO PODER PÚBLICO

Ocorre uma nova revolução na mediação de conflitos, uma vez que a academia não busca ainda preparar o profissional da área de Direito para o conflito, para ser um verdadeiro guerreiro nas brigas e combates processuais. Entretanto o Judiciário necessita bem mais de profissionais que tenham outros conceitos para buscar o melhor resultado através dos meios adequados. Esse pensamento tem transformado as Academias, e a inserção de disciplinas como Mediação, Conciliação e Arbitragem nos cursos de Direito e em outros cursos, vem demonstrando a importância dos MACS que estão presentes em todas as áreas de conhecimento, presentes desde o meio judicial, empresarial, médico, terapêutico, dentre outros.

O conflito está presente em toda e qualquer área na sociedade, ela está presente desde o ceio familiar às relações comerciais e sentimentais do ser humano. Não há como se desvincular dessas abordagens que se conflitam, entretanto, se reconstroem acerca do restabelecimento das relações, como pressupõe a mediação de conflitos.

Conhecer um pouco como funciona a Mediação e como o Poder Público está inserido nesse processo é extremamente importante, até mesmo como pensa Ferreira (2018, p. 5):

A Lei de Mediação inovaria se criasse uma obrigação para os entes públicos e fixasse prazo para o seu cumprimento. A criação de estruturas próprias para mediar esses conflitos dentro da Administração é o elemento fundamental para que a mediação ocorra. È a partir dessa estrutura que o cidadão se apropriará de algo que nunca deveria ter sido retirado dele, qual seja, a possibilidade de diálogo com o Poder Executivo.

Hoje sabemos que a grande demanda no Poder Judiciário está sob a competência da Justiça Federal, que apesar de ser uma justiça voltada para o cidadão, encontra sérios problemas com relação às contraposições do próprio ordenamento jurídico (PORTO, 2016, p. 6). A própria Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) dá razão às necessidades da União, na figura das autarquias como o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e empresas públicas federais, tais como Caixa Econômica Federal (CEF) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), e funcional quando da cooperação internacional, estas são as maiores demandas na Justiça Federal.

Mesmo diante de muita dificuldade, ainda existe espaço para os MASC’s na jurisdição da Justiça Federal. E apesar de ser uma política que ainda está sendo transformada em razão da necessidade social, é importante a disseminação desses métodos como uma mudança não apenas no meio jurídico e sim como mudança social e cultural, uma postura proativa.

Hoje com o novo Código de Processo Civil a mediação e a conciliação, são os métodos, em regra geral mais utilizado no Poder Judiciário, não apenas alternativas, mas, como métodos mais adequados. Vendo aos olhos do Direito para resolução do conflito social e das emoções humanas, um método consensual, tem na mediação a principal fonte para esse restabelecimento.

Possivelmente a vontade administrativa, difere da vontade do cidadão, ao menos o que inicialmente está estabelecido entre as partes. Ambos buscam legitimar o seu direito, entretanto o Poder Público é objetivo, externo a sentimentos e institucionalizado, o que dificulta o diálogo entre as parte. Entretanto, essa postura vem modificando, principalmente com as capacitações entre os servidores do judiciário, numa busca de mais humanização e técnica nos procedimentos estabelecidos nestes conflitos.

A desconfiança do cidadão em geral é sentida desde o primeiro momento enquanto o mediador busca esclarecer como o procedimento será feito e como será conduzida a comunicação das partes, e principalmente explicando o seu papel como facilitador à resolução do conflito e sua imparcialidade naquele momento.

Os conflitos levados à Justiça Federal são fortes potenciais para o emprego de MASC no tratamento adequado de conflitos. As vantagens e limites encontrados nem sempre são fáceis de transpor, mas é certo que a mudança e adaptação no ordenamento jurídico, cedo ou tarde acontecerão e transformará a sociedade.

Dentre as vantagens dessas mudanças, podemos citar: a construção simbólica da imagem do ente público como um ente colaborativo e mais humanizado, da boa fé da Administração Pública que buscará sempre o melhor para a sociedade, a economia de tempo na solução dos conflitos e a redução dos recursos gastos com os processos judiciais para o erário, assim como, a criação de centros para soluções administrativas de problemas futuros, e prevenção de laços negociais com parceiros que possam auxiliar o judiciário.

Além disso, podemos observar que, a economia para o erário não apenas está na redução dos custos com os processos judiciários, mas no sentido amplo do Poder Público envolvido. Se observarmos o processo licitatório quando planejado, poderá conter no contrato administrativo, como prevenção, uma cláusula compromissória com o MASC e não apenas tentar utilizar tal método apenas após a constituição do conflito e sim já pensar preventivamente como aplicação de solução de controvérsias.

Esse método acolhe o conflito como uma possibilidade futura, e trabalha preventivamente entre as partes, a sua resolução da melhor forma possível através do MASC, mantendo a preservação dos laços para negociação futuras, através de métodos autocompositivos.

Os limites existirão nos casos práticos, como é o caso do principio da legalidade, do interesse público indisponível. Como exemplo, podemos citar uma política pública, onde um benefício social está previsto para um menor de 18 anos onde o menor é parte que não pode se representar diante do judiciário, pois não tem a responsabilidade civil necessário. Ou numa recuperação ambiental, que precisa ser total e não pode haver a possibilidade da recuperação parcial. Em ambos os casos precisam ser observados a necessidade do prejuízo causado ao erário ou particular, prevalecendo sempre o público como prioritário ao particular, o que pode parecer muito injusto numa primeira interpretação.

O Poder Público é o responsável pelo gerenciamento do seu orçamento, o seu gestor possui responsabilidade fiscal e tem o controle de contas públicas fiscalizado pelo Tribunal de Contas dos Estados (TCE) ou da União (TCU), de acordo com a jurisdição necessária.

Alguns gestores já foram responsabilizados por fazerem acordos em situações autocompositivas e por isso precisaram se defender perante o Tribunal de Contas da União ou de TCE do Estado ao qual pertence. Havendo casos até mesmo de Ação por Improbidade Administração Pública. Não é possível negociar a improbidade, entretanto com obrigações pecuniárias poderá haver acordos sobre o montante a ser pago e como ser pago e não a improbidade em si como ato ilícito cometido, e por isso ainda ocorre tanta resistência dos gestores quando das demandas administrativas, preferindo estes serem levados à competência do judiciário para decisão.

Quando ocorre onde o autor é a população/particular, geralmente a outra parte está em busca de benefícios previdenciários e assistenciais junto ao INSS, ou da responsabilidade civil da CEF ou EBCT, e até mesmo de divergência encontradas nos contratos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que na maioria ocorre contra a CEF.

Quando o autor é o Poder Público, em sua maioria é a Fazenda Pública que entra com a ação para realizar alguma Execução Fiscal contra o particular, quer seja, por irregularidades junto aos órgãos do Poder Executivo, por sonegação de imposto, irregularidades, ocasionadas pela fiscalização e infrações registradas.

Nos Tribunais Estaduais, a maior demanda contra o Poder Público ocorre nas Varas da Fazenda, e normalmente são cidadãos que vão em busca de medicamentos ou procedimentos médicos para sua saúde ou de algum familiar que esteja impossibilitado de o ir.

Outras demandas contra o Poder Público também são bem conhecidas tais como as desapropriações para construção de estradas ou prédios públicos, além de outros direitos difusos e coletivos através das ACP’s, como por exemplos: os lixões e aterros sanitários.

A inclusão das Câmaras, conforme prevê CPC e a Lei de Mediação, trás fortes conflitos na pratica jurídica, pela difícil implantação na cultura atual. Ao mesmo tempo, é salutar à sociedade. É como se fôssemos administrar e medicar um hospital, onde se estabelece grande conflito interno para o administrador e para o médico, que precisa oferecer ao paciente o cuidado específico e necessário e o administrador encontra-se limitado ao seu orçamento e as condições a ele impostas, que nem sempre é dirimida num simples pedido de aumento de recursos.

Perceber conflitos que são inerentes à vida humana, onde cada pessoa é única e singular, havendo visões de mundo diversificadas, valores diferenciados, e expectativas diversas, seja de uma parte ou de outra. Lidar com as convicções e a crença rígida das partes envolvidas em um determinado conflito. Em que as partes entendem que um está certo e o outro está errado, onde já ocorreu a ruptura na comunicação, distorções de percepção e a suspeita e desconfiança está cada vez mais forte, é um trabalho árduo para o mediador.

Mudar os paradigmas que já foram enraizados na sociedade, na cultura humana onde os conflitos internos já existentes pela percepção do que é ser um cidadão ético, moral, social e político, que precisa de vivência pessoal, organizacional, não apenas por uma questão de sobrevivência, mas porque é da própria natureza humana.

A Mediação no século XX era realizada por profissionais em sua maioria da área de saúde, principalmente psiquiatras e a psicólogos. Diante das mais variadas necessidades que transcorreu ao longo das últimas décadas, atualmente, grande maioria dos profissionais que realizam mediação, são da área de Direito, mas que tem o mesmo objetivo de agregar, proporcionar uma educação continuada, trabalhar as habilidades em comunicação, busca os caminhos para acordos, para colaboração e assume a co-responsabilidade na solução dos conflitos.

Aprender a trabalhar enfrentando os problemas e derivados do processo de trabalho e ao mesmo tempo atuar focalizando questões pessoais dos colegas, é aprender a separar as pessoas do problema, trabalhando a interdependência dos fatores que envolvem a mediação.

A relação entre os profissionais de saúde e os pacientes se baseia hoje em dia, mais nos cuidados e na educação/treinamento do paciente/família e trabalham mais como as características do intercâmbio de informação, confiança, sinceridade, apoio/ajuda, personalização e respeito.

Tanto que, quando estas relações não se estabelecem da forma como devem acontecer, surgem conflitos que piora o rendimento dos profissionais e a recuperação dos pacientes, porque estão diretamente ligadas. E os impactos para o doente, para a equipe da saúde e para o hospital é inevitável.

O trabalho com a escuta ativa, traz ao mediador algumas especificidades que outro profissional provavelmente não teria, como: lida com emoções em diversos níveis e o bem maior que é a vida; particularidade ética e negocial; diferentes contextos de negociação; diferentes níveis de urgência; múltiplas partes e suas necessidades; forte interesse em relações continuadas.

É por essa razão que quando se observam os benefícios com a facilitação do diálogo, os sintomas que normalmente são sentidos após o conflito existir. São minimizados trazendo as partes um menor nível de stress, melhor eficiência no diálogo, um comprometimento maior em resolver a lide, colaboração, entendimento moral e uma maior atenção das partes envolvidas nas necessidades do outro, mesmo que uma das partes seja o Poder Público.

É fato que a diferença de ideia de como realizar a mediação entre a Lei da Mediação e o Código de Processo Civil, ainda traz inúmeras decisões contraditórias, mas são viáveis, principalmente as partes envolvidas no conflito que haja uma boa comunicação entre os ordenamentos jurídicos, para que as soluções encontradas sejam fáceis de serem executadas, sem que haja dano para qualquer das partes. Mesmo sabendo que a diferença de ideias é péssima para comunicação entre as leis, e por mais que se apresente complicado, não é impossível e deve ser incentivada.

A Teoria do Diálogo das Fontes afirma a aplicação simultânea e coerente dessas normas, no sentido de restabelecer a coerência, segundo MARQUES (2017, s/p). As leis elas tendem a se somar, a aplicação apenas do CPC exige uma aplicação conjunta numa relação que necessita de uma lei mais específica. É claro que é preciso certa ordem, entretanto, respeitando os direitos constitucionais, o que infere que mesmo havendo a lei específica é preciso haver um diálogo entre as fontes, sem que haja exclusão, sendo sua aplicação *pro homine*.

Como defende Ferreira (2018, p. 10-11)

Os fundamentos adotados pela lei de mediação são todos focados na autonomia da vontade, na disponibilidade dos direitos, na proteção da intimidade e à privacidade. Até agora todas as formações de mediadores são voltadas para uma mediação entre particulares. A mediação voltada para entes públicos foi esquecida, malgrado sejam os entes públicos os maiores litigantes do nosso país segundo dados colhidos no Conselho Nacional de Justiça.

O que podemos entender com esse discurso é que mesmo que o mediado se empodere de todas as técnicas e ferramentas necessárias a uma boa mediação, utilizando o *rapport*, das técnicas da neurolinguística, importante ferramenta na solução adequada, havendo a identificação do problema, restabelecendo a comunicação, dificilmente é possível encontrar a excelência, por isso buscam sempre manter funcionando aquilo que funciona e funciona bem, dentro das condições que lhe são atribuídas.

**4. CONCLUSÃO**

Diferentemente da conciliação a mediação[[5]](#footnote-6) está preocupada com as relações entre as pessoas, na continuidade dos sentimentos. Não existe hierarquia entre a mediação e conciliação, o que as diferencia a atividade do mediador e do conciliador, são os objetos diferentes em razão da continuidade das relações ou não.

Na Justiça Federal onde normalmente está entre o poder público e o particular, existindo a audiência de conciliação, é observado as possibilidades jurídicas assim como a lida com os sentimentos do autor que normalmente está fragilizado pela longa jornada e outras por uma saúde já fragilizada.

Quando ocorre a resistência do Poder Público, há o momento em conciliador ou mediador, pode ser sensibilizador para que a parte, observando a situação, mediante das possibilidades jurídicas possíveis, possa amenizar e solucionar aquele conflito na sessão. Quando isso ocorre, é importante que o processo naquele momento se finalize. E com isso, há uma redução do tempo e dos custos, além da resolução mesmo que não satisfatoriamente completa, é existente e possível a satisfação das partes.

Um caso de mediação muito comum é as questões de divórcio, quando existem bens e filhos menores, perceber os sentimentos das partes é muito importante, mas é preciso observar que cada caso é um caso, saber o que o outro quer e entender porque o outro não quer disponibilizar, é para isso que as técnicas são importantes. Trabalhar a escuta ativa pode e deve ser utilizada para que as partes se sensibilizem pelas questões do outro.

A Mediação é multidisciplinar, podendo atuar entre particulares, assim como o poder público, trazendo muitas vantagens para a sociedade, ela não serve apenas para reduzir a demanda judicial e sim para solucionar os conflitos com a garantia que as relações possam ser restabelecidas, eles não substitui a judicialização das demandas, entretanto é muito importante que os problemas estejam sendo resolvidos adequadamente para que não surtam efeitos negativos para a sociedade.

A capacidade da escuta recupera uma tradição muito antiga que é a filosofia do coração e fazer perguntas bem significativas sobre o que as pessoas pensam. Práticas circulares para analisar os fatos, as condições do problema apresentado são importantes para o mediador observar.

O problema atual bastante grave que está acontecendo é quantidade de suicídios que estão aumentando muito nos últimos anos, observando as estruturas familiares que é algo muito importante para a formação e estabilidade do ser humano.

Saber o crime cometido por determinada pessoa que está cumprindo uma pena no presídio, causa um impacto muito forte naquele que soube da história, despertando raiva, revolta, medo, tristeza, entretanto, é dever observar e trabalhar as emoções para que desenvolva a disciplina social cognitiva para que possa trabalhar o conflito existente.

As dimensões do coração devem aparecer, devem florescer na mente e no coração do mediador, para que o diálogo possa funcionar com imparcialidade, para que a necessidade das partes seja atingida, concluídas num acordo. Palavra que vem de “cordes” (coração), que faz a ligação entre a razão e emoção.

A aceitação de como está o outro, de como as partes estão tratando o conflito, é preciso, é necessário que o outro enxergue de fato como o outro está se sentindo para que não ocorra o ataque, para que haja na retaguarda uma trégua, antes de se discuta o conflito, entender e olhar o outro com uma visão diferenciada de como funciona as emoções daquelas partes.

O silêncio é algo importante, é o espaço do não julgamento, além do rótulo, onde se reconhece o outro mesmo sendo de esquerda, não olhar como um inimigo, mas que é um ser humano com a mesma dignidade do outro. Trabalhar num processo de acordo, recordar, trazer novamente ao coração aos tantos sentimentos já sentidos, coragem de ver o tamanho da dor e o tamanho do amor que pode ser sentido.

    O diálogo é ouvir e houver de fato a comunicação, é uma presença corpórea, é emocional, a escuta é um sentir, um deixar se influenciar pelo sentimento do outro. A vida é social, é algo que vem para nos mostrar que a relação é fundamental para sobrevivência humana, é importante para o crescimento e a celebração para viver a vida.

Existem armadilhas nos métodos, alguns querem apenas modificar o outro ou ter controle da situação, não se importam para os sentimentos que estão ali presentes. Entrar no mundo dos sentimentos é importante para se construir o diálogo. A pergunta é a devolução da palavra dita, devem ser bastante observada. Estar presente apenas de corpo presente não quer dizer que é bom, é preciso se deixar envolver pelos sentimentos ali presentes.

Um sentimento importante para ser observado é a dor, que algumas vezes pode ser apenas representada por uma vontade de amar e muita frustração. É preciso enxergar o ser humano como ele realmente sente. As palavras ditas vêm com um contexto muito maior do que é deixado observar, é preciso observar os sentimentos, atribuindo a escuta ativa para quem fala também escute o está dizendo.

Pensar quais os obstáculos que são gerais aos nossos sentimentos, um embate entre o bem e o mal, considerar os sentimentos como certo e o errado, há um julgamento moral, não pode ocorrer. A patolagização e normose (correção), entram, como sendo algo existente e que não se pode mudar, e ao contrário disso, pode mudar, deve mudar, ouvir, entender, compreender, e instaurar uma cultura social restaurativa. Ser e não apenas estar modificando, ser instrumento da mudança trata não apenas o ser e sim o mundo a sua volta, transforma o mundo.

Depende muito da perspectivas para analisar a Mediação enquanto processo e sua profissionalização. A coragem de procurar uma profissão de mediador é um modelo de acesso à justiça humanizado, ainda em construção. Como processo é vocacionado para ser utilizado em situações onde exista o desejo de manter, melhor ou não prejudicar e manter a relação.

A profissionalização não transforma o mediador, é sempre estudar, no sentido de sempre aprender mais sobre a solução de conflitos, é preciso construir o modelo que queremos. O mediador estimulará o diálogo, para ver os problemas e as diferenças, o mediador os ajudará a enxergar esses conflitos.

Não basta saber, temos que saber aplicar o nosso saber, um profissional ele se efetiva no mercado em aproximadamente em sete anos para garantir que seu nome seja reconhecido profissionalmente. É bom para o profissional, sempre se questionar com o que se pode fazer com todos os ensinamentos recebidos, na academia, nos cursos de formação, nas experiências.

A utilização dos meios autocompositivos é muito importante para a Justiça Federal, podemos citar como exemplo o que acontece com o CEJUSC em João Pessoa, antes administrado por Dr. Rogério Abreu, Juiz Federal e hoje se encontra sob o comando de Dr. Bruno Teixeira de Paiva. Segundo dados apresentados na palestra de Dr. Rogério Abreu no 1º Congresso Internacional MASC: Métodos Adequados para Soluções de Conflitos, que aconteceu no período de 08 a 10 de novembro do ano em curso, o mesmo informou que os dados acumulados no período de janeiro a outubro de 2018 no CEJUSC da Justiça Federal em João Pessoa, Paraíba, foi que: 4.874 audiência agendadas; 3.549 audiência realizadas (73,22%); 2.383 acordos celebrados (67,15%); R$ 19.957.626,90 envolvidos, dos quais R$ 19.500.336,54 foram realizados nos Juizados Especiais da Justiça Federal.

Na Justiça Federal da Paraíba, segundo o “conciliômetro” o CEJUSC está com 64,7%, com acordos firmados, e apenas 35,3% não houve acordo (http://cejusc.jfpb.jus.br/cejusc/conciliometro).

Conclui-se que o Estado gasta um recurso consideravelmente alto em razão das demandas judiciais. Entretanto, nos casos onde houve a Mediação, como a forma consensual utilizada para solucionar o conflito, pressupõe que em razão da disponibilidade apresentada às partes conflitantes os custos foram reduzidos ao erário público. Fato que torna mais vantajoso à Administração Pública, resolver suas demandas fora do judiciário, através de métodos autocompositivos.

**REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. La política. Madrid: Alianza, 1991.

ASENSI, F.D; PINHEIRO, R. (Orgs.). **Direito e saúde**. Curitiba: Juruá, 2013.

ATTIÉ, Alfredo. **1º Congresso Internacional MASC: Métodos Adequados para Soluções de Conflitos**. Campina Grande-PB.10 Nov 2018.

BASSICHETTO, Kátia Cristina; FERREIRA RÉA, Marina. **Aconselhamento em alimentação infantil: contribuição para a discussão dos pressupostos teóricos**. Saúde coletiva, v. 7, n. 42, 2010.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **A Evolução da Conciliação e da Mediação no Brasil**. Revista FONAMEC, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 354-369, maio/2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **NCPC: Conciliação e Mediação**. Disponível em: < https://processualistas.jusbrasil.com.br/artigos/346227885/ncpc-conciliacao-e-mediacao >. Acesso em: 04 Nov 2018.

CAMPOS, Luís Melo. **Mediação de conflitos: enquadramentos institucionais e posturas epistemológicas**. 2009.

CRUZ, Perla. **A importância da mediação e da conciliação no setor público**. Disponível em: < https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI268656,21048-A+importancia+da+mediacao+e+da+conciliacao+no+setor+publico >. Acesso em: 04 Nov 2018.

**Declaração de Independência dos Estados Unidos**. In Britannica Escola. Enciclopédia Escolar Britannica, 2018. Web, 2018. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Independ%C3%AAncia-dos-Estados-Unidos/481124#>. Acesso em: 12 de Nov de 2018.

DIAS, Maria Tereza Fonseca Dias. **A mediação na Administração Pública e os novos caminhos para solução de problemas e controvérsias no setor público**. Direito do Estado. Ano 2016. N. 151. Disponível em:< http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/maria-tereza-fonseca-dias/a-mediacao-na-administracao-publica-e-os-novos-caminhos-para-a-solucao-de-problemas-e-controversias-no-setor-publico>. Acesso em: 04 Nov 2018.

FERREIRA, Kaline. **A autocomposição e as pessoas jurídicas de Direito Público**. O que mudou depois da Lei de Mediação?. Disponível em:< http://anafenacional.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-Mediacao-Depois-da-lei-de-mediacao\_Kaline-Ferreira.pdf>. Acesso em: 04 Nov 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

HOBBES, Thomas. **Leviatã.**São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiência**. Coordenadores: Felipe Dutra Asensi e Roseni Pinheiro. - Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

LEITE, Gisele. **Um breve histórico sobre a mediação**. 2016. Disponível em: <https://professoragiseleleite.jusbrasil.com.br/artigos/437359512/um-breve-historico-sobre-a-mediacao>. Acesso em: 04 Nov 2018.

MELLO, Kátia Sento Sé; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **Mediação e conciliação no judiciário: dilemas e significados**. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 97-122, 2011.

MICHELON, Ana Luísa Fretta. **Três importantes modelos de mediação e suas particularidades**. Revista Mediação & Justiça, Porto Alegre, v. 1, jan./jul. 2018, p. 6-18.

MÜLLER, Fernanda Graudenz; BEIRAS, Adriano; CRUZ, Roberto Moraes. **O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina.** Aletheia, n. 26, p. 196-209, 2007.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. **Conversas sobre normalização de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

PIERRO, Bruno de. **Demandas crescentes**. Revista Pesquisa. [Edição 252. Fapesp. fev. 2017](http://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e_id=358). Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/02/10/demandas-crescentes/. Acessado em: 04 Nov 2018.

PORTO, Lorena Vasconcelos. **A mediação nos conflitos coletivos e os termos de ajuste de conduta.** A mediação nos conflitos coletivos e os termos de ajuste de conduta, 2016.

TEIXEIRA, Gabriela Nunes. **Reflexões sobre a psicologia no Programa de mediação de conflitos: um relato de experiência do trabalho desenvolvido em Minas Gerais**. Mosaico: estudos em Psicologia, v. 1, n. 1, 2007.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política 1**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

1. O processo de escuta ativa, individualizado e centrado no cliente, que pressupõe a capacidade de estabelecer uma relação de confiança entre os interlocutores, visando o resgate dos recursos internos para que ele mesmo tenha possibilidade de se reconhecer como sujeito de sua própria saúde e transformação. (BASSICHETO, 2010). [↑](#footnote-ref-2)
2. Sucesso junto das pessoas envolvidas, o que significa que as partes ficam satisfeitas com o resultado negocial (conteúdo) e com o processo, sentindo-se motivadas para cumprir o acordo estabelecido. (CAMPOS, 2009, p. 15) [↑](#footnote-ref-3)
3. A mediação em seu sentido mais amplo tem vários tipos, tais como a negocial, a terapêutica e a transformativa (TEIXEIRA, 2007, p. 3) [↑](#footnote-ref-4)
4. O conflito é parte integrante da vida e capaz de gerar transformações e que o processo de mediação revela uma capacidade própria de mudança nas pessoas e promove um crescimento ao auxiliá-las em situações difíceis (MULLER, 2007, p. 3) [↑](#footnote-ref-5)
5. No caso da mediação, por exemplo, é o próprio juiz que remete as partes para o Centro de Mediação e, no caso da conciliação, esta é uma etapa (ou uma fase) do processo judicial que até pode ser declinada, mas não pode ser propriamente caracterizada como opcional ou alternativa. (MELLO, 2011, p. 12) [↑](#footnote-ref-6)